

O estudante do meio rural nas séries finais do ensino fundamental: olhares e revelações

Zenilton Ribeiro Almeida¹, Lúcia Gracia Ferreira²

Resumo

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e estudo de caso realizado com estudantes residentes no meio rural e matriculados nas escolas-núcleo no município de Itapetinga, Bahia, para conclusão das séries finais do ensino fundamental. Por meio de observações, questionários e formulários, a pesquisa foi realizada no final do ano de 2012 e início de 2013, com esses alunos e seus pais no intuito de discutir a realidade no que tange a horário e trajeto percorrido por eles até a escola na cidade. Constatou-se que há uma segregação do capital sociocultural do aluno do meio rural no bojo do planejamento educacional para essa área, sendo necessárias políticas públicas para atendimento do estudante rural.

Palavras-chave

Estudante. Meio Rural. Desafios. Ensino. Políticas Educacionais.

1. Pós-graduando em Educação e Diversidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: zeniltonpedagogia@hotmail.com.

2. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (*Campus* de Itapetinga), líder do Grupo de Pesquisa CNPq Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (CEPEP). E-mail: luciagferreira@hotmail.com.

The rural students in the final years of elementary school: perspectives and revelations

Zenilton Ribeiro Almeida*, Lúcia Gracia Ferreira**

Abstract

This is a qualitative research and case study carried out with students that live in rural areas and study the final years of elementary school in a municipal school at Itapetinga, Bahia state. Through observations, questionnaires and forms, the research was carried out at the end of 2012 and beginning of 2013, with those students and their parents aiming to discuss about the schedule and route taken by them from home to school. As a conclusion, it was noticed a segregation of the social-cultural capital in the education planning in this region, which leads to the need of public policies that would help these students.

Keywords

Student. Rural. Challenges. Education. Educational Policies.

* Postgraduate student in Education and Diversity, Southwest Bahia State University, State of Bahia, Brazil. E-mail: zeniltonpedagogia@hotmail.com.

** PhD in Education, Federal University of São Carlos, State of São Paulo, Brazil; professor, Southwest Bahia State University (Itapetinga *Campus*), State of Bahia, Brazil; leader of the research group called Pedagogical Research and Study Center (CEPEP). E-mail: luciagferreira@hotmail.com.

Introdução

Este estudo foi realizado, no ano de 2012 e início de 2013, com alunos do meio rural do município de Itapetinga-BA que cursavam as séries finais do ensino fundamental. A pesquisa contemplou os estudantes residentes nas mediações da escola rural Antônio Clarindo (localizada na rodovia Itapetinga/Potiraguá BA-09/Km-52) e escola rural Maria das Graças (localizada na rodovia Itapetinga/Itororó BA-263/Km-13). O estudo buscou compreender os desafios que esses educandos do meio rural de Itapetinga-BA enfrentam para prosseguir seus estudos nos anos finais ensino fundamental.

Devido à necessidade de conhecer a realidade estudantil desses alunos a partir de seus relatos de experiências, advindos das suas vivências, a abordagem da pesquisa foi qualitativa e de estudo de caso.

A partir do objetivo a ser alcançado, surgiu a necessidade de um acompanhamento de algumas situações: a hora que os alunos acordavam; o que mais dificultava entre as primeiras horas de preparação; como eram elaborados todos os horários que a rotina escolar exigia deles; como eram executados os trajetos até a escola; como os alunos se comportavam nas épocas das chuvas e o que era feito durante as cheias dos rios.

A pesquisa teve caráter investigativo, com base em observações sobre o cotidiano dos sujeitos da pesquisa, além de um questionário elaborado para os alunos responderem e um formulário para os pais. Durante os dias de acompanhamento, foram observados cinco alunos no decorrer de quatro dias, a partir do momento em que eles saíam de casa até o local de embarque. As observações prosseguiram com todos dentro do ônibus escolar até o desembarque na escola e também durante o retorno para suas residências.

Do total de 39 alunos regularmente matriculados nas séries finais do ensino

fundamental, foram observados catorze – todos moradores das fazendas situadas entre as escolas Antônio Clarindo e Maria das Graças. Esses estudantes foram escolhidos porque, dentre os alunos das séries finais do ensino fundamental, eram os que moravam mais distante da cidade e em locais críticos. Ainda foram separados cinco, entre os catorze, e foi realizado acompanhamento na execução dos trajetos entre a residência e o local de embarque do ônibus escolar.

Em seguida, foi realizado um acompanhamento envolvendo os catorze alunos participantes da pesquisa para coleta de dados sobre a rotina estudantil, desde o embarque até as escolas na cidade. O acompanhamento foi realizado nos meses de setembro e novembro de 2012 e dividido em duas categorias marcadas pelos períodos de estiagem e das chuvas. Dos dias 16 a 27 de setembro, foram coletados os dados sobre a trajetória dos alunos no período de estiagem e, nos dias 18 a 29 de novembro, os dados no período das chuvas.

Esses dados foram organizados a partir de um estudo de caso subdividido em três eixos: perfil, horário e trajeto. No perfil, foi analisada a idade dos participantes, observada a quantidade de alunos do sexo masculino e feminino, o local de residência, a escola em que concluíram o ensino fundamental I e em quais escolas estavam matriculados nas séries finais, bem como quais séries estavam cursando. Foram analisados os horários em que os alunos dormiam, acordavam, se alimentavam e também as suas dificuldades para acordar. Na análise do trajeto, foi avaliada a distância percorrida de ida e volta dos alunos, a maneira como eles executam os trajetos, o horário que saíam de casa, o início do embarque no ônibus escolar, o desembarque na escola, o reembarque e desembarque de volta para casa e as dificuldades nos períodos de chuvas e as travessias de rios.

Estudante morador do meio rural e o ensino das séries finais do fundamental

Os dados da pesquisa e a discussão foram organizados a partir de três eixos – perfil, horário e trajeto – e descritos em quatro casos, sendo analisados aqueles estudantes cujos responsáveis responderam ao formulário.

Perfil

Os estudantes do itinerário Antônio Clarindo/Maria das Graças eram moradores das fazendas vicinais, sendo que dois residiam na Fazenda Península; dois, na Rancho Arizona; um, na Palmeiras; três, na Liberdade; dois, na Goytacaz; dois, na Salobão; um, na Redenção e um, na Iracema.

Dois alunos concluíram a primeira etapa do ensino fundamental na escola municipal Isaura Costa; doze, nas escolas rurais Judith Garcia, Antônio Clarindo, Maria das Graças e Dona Júlia. Nas séries finais do ensino fundamental, seis frequentavam o colégio Paulo Hagge, sendo quatro no 8º ano, um no 7º ano e um no 9º ano. Seis estavam matriculados no colégio José Marcos Gusmão, sendo três no 8º ano, dois no 9º ano e um no 7º ano. Dois estavam na escola Sizaltina Fernandes, ambos no 7º ano.

A pesquisa envolveu nove estudantes do sexo masculino e cinco do sexo feminino, em um total de catorze participantes, variando entre onze e dezessete anos de idade os masculinos e entre catorze e quinze os femininos.

O maior índice de estudantes do sexo masculino residentes entre as escolas rurais Antônio Clarindo e Maria das Graças mostrou uma realidade que há muito tempo vem modificando o cenário conforme Stropasolas (2006), que diz que o jovem camponês tem dificuldade na sua continuidade no campo, sendo obrigado a fazer sua migração para a cidade. A situação relativa das mudanças dentro dos processos de migração está conglomerada

nos seguintes eixos: quando os pais são demitidos e não conseguem emprego de imediato, ficando os jovens obrigados a migrarem para a cidade com a família; e quando os pais conseguem emprego em outra fazenda, nem sempre retornam com os filhos, deixando-os muitas vezes aos cuidados do irmão mais velho.

Outra evidência dessa dificuldade na continuidade no campo está na adaptação desses alunos às árduas rotinas matinais do transporte escolar para estudarem na cidade. Por último, esses resultados apontaram para uma mudança de paradigma familiar que padronizava as famílias camponesas, segundo as aquisições de maturidade conjugal e das escolhas profissionais e culturais por parte do homem e da mulher do campo. Conforme Stropasolas (2006, p. 146),

o número de moças reduziu-se muito, nos últimos anos, nas comunidades rurais. [...], este processo, [...], está sendo enfraquecido pelas circunstâncias de bloqueio fundiário e de esvaziamento de uma faixa etária importante da população rural.

Dessa forma, o estudo mostrou que os jovens do sexo masculino, desde a infância, já vão se identificando com as lidas camponesas, por isso o número de matriculados nas séries finais do ensino fundamental no município de Itapetinga é maior para os homens. Isso apontou que as adaptações de meninos com as atividades rurais em detrimento das meninas, cujo trabalho se restringe habitualmente às atividades domésticas, estão para a necessidade de eles acompanharem os pais nas labutas diárias, assim, vão se familiarizando com a rotina camponesa e acabam criando laços profissionais. Para Stropasolas (2006, p. 280),

a sua não-participação nas discussões sobre o futuro da propriedade explica a pouca atração que, em geral, as moças têm pelo trabalho na agricultura.

Muitas filhas de camponeses, após concluírem as séries iniciais do ensino fundamental e, posteriormente, terem que estudar na cidade, veem nisso a oportunidade de se desprender das dificuldades da rotina escolar, bem como uma chance para se realizarem profissionalmente, pelo fato de, no meio rural, não haver para elas oportunidades de um futuro promissor, isso devido ao fato de a rotina rural ser quase exclusiva para o trabalho masculino. Depoimentos indicam que as jovens que saem para estudar não retornam às comunidades rurais. De acordo com Stropasolas (2006, p. 281),

a maior parte dos jovens do meio rural projetam o futuro na agricultura, [...] as moças, refletindo o seu descontentamento na agricultura, sonham com outras perspectivas profissionais, particularmente vinculadas à cidade.

Dessa forma, os resultados apontaram que nove alunos são do sexo masculino, com idade entre onze e dezessete anos, e cinco são do sexo feminino, com idade entre catorze e quinze anos. Apontaram, ainda, que eles cursam atualmente as séries finais do ensino fundamental nas escolas: Colégio Paulo Hagge, seis alunos (7º, 8º e 9º anos); Colégio José Marcos Gusmão, seis alunos (7º, 8º e 9º anos); e Escola Sizaltina Fernandes, dois alunos (7º ano).

Horário

A respeito dos horários que os alunos dormem, acordam, se alimentam, bem como quanto às dificuldades para acordar, as respostas foram semelhantes. Dos catorze alunos pesquisados, oito dormem entre 19h e 20h, e os outros seis entre 20h e 21h. Dessa forma, percebe-se que eles vão dormir mais cedo ou mais tarde, variando de acordo com a localidade em que moram. O mesmo acontece com o horário que acordam: nove alunos acordam entre 3h30

e 4h30 e cinco acordam entre 4h30 e 5h30.

Quanto à alimentação, oito disseram que não conseguem alimentar-se de madrugada e seis disseram não ter dificuldade para ingerir alimentos logo cedo. Quanto às dificuldades para acordar de madrugada, a pesquisa apontou que, dos catorze entrevistados, onze disseram que têm dificuldade com o horário que acordam e três disseram que não têm dificuldade em acordar de madrugada.

A pesquisa apontou que os estudantes do meio rural que estudam na cidade precisam se adaptar a um currículo escolar urbano, subjugando-o a uma mudança de comportamento inadequado para o filho do camponês, que mora distante da escola e que precisa fazer mudanças de hábitos para se adaptar às regras que lhe são impostas durante a jornada estudantil de cada dia.

Após análise entre o rural e o urbano, ficou evidente que o atendimento escolar planejado para o aluno do meio rural toma formas excludentes, pelo fato dessa modalidade ser absorvida por padrões educacionais organizados para a cidade, distanciando-o da sua realidade cultural. O atendimento dado ao homem do campo é de pouca qualidade não apenas no quesito educação, mas também à saúde, que quase nunca recebe atenção por parte dos governantes. Esses fatores vão mostrando o distanciamento de projetos governamentais para a área rural e abrindo espaço para novas pesquisas sobre a realidade dessas comunidades no âmago do século XXI.

Trajetos

Quanto à distância percorrida, no percurso de ida e volta entre residência e a escola, constatou-se que nove alunos percorrem entre 3km e 6km e cinco, percorrem entre 1,5km e 50m. Os dados mostraram, ainda, que quatro alunos fazem o percurso a cavalo, oito a pé e dois utilizam bicicletas.

Outra observação quanto ao trajeto foi a relação entre o horário em que os alunos saem de suas casas com a distância entre essas residências e o ponto do ônibus: quatro disseram que saem de casa entre 4h30 e 5h; oito, entre 5h e 5h30, e dois às 5h40.

O início do embarque no ônibus escolar segue a seguintes ordem: oito alunos disseram que normalmente embarcam entre 5h e 5h30 da manhã; e seis, entre 5h30 e 6h. A partir desses dados, surgiu a necessidade de avaliar o tempo gasto pelo ônibus até a escola na cidade: dez alunos disseram que esse tempo variava entre uma hora e uma hora e quarenta e cinco minutos; dois disseram ser entre cinquenta minutos e uma hora, e dois não souberam responder. A comparação sobre o horário do início das aulas e o da chegada dos alunos à escola mostrou que quatro chegam já no início das aulas (7h), seis, entre 6h30m e 7h; dois, depois das 7h; e dois disseram que chegam até o segundo horário.

Sobre o horário de encerramento das e o horário que o ônibus inicia o embarque dos alunos, chegou-se aos seguintes resultados: seis alunos disseram que as aulas se encerram às 11h30 e o ônibus começa o reembarque a partir das 12h; já quatro confirmaram o horário do término das aulas, mas disseram que o reembarque acontece a partir das 12h30. Segundo outros três alunos o reembarque acontece entre 12h30m e 13h; e um deles disse que, muitas vezes, os alunos do turno vespertino já estão chegando antes de eles terem reembarcado.

A respeito do horário em que os alunos desembarcam no ponto de ônibus ao retornarem para casa, oito alunos disseram que desembarcam entre 13h e 13h30 e seis, entre 13h30 e 14h. A partir desses dados, foi relevante conhecer o horário que chegam em suas residências. Dos catorze entrevistados, dez disseram que chegam entre 13h30 e 14h e quatro entre 14h30 e 15h. Buscamos conhecer também o horário de almoço dos alunos: onze deles disseram que almoçam entre

13h30 e 14h30; e três entre 14h30 e 15h30.

O passo seguinte foi saber se existiam travessias de rio no trajeto até à escola; doze alunos disseram não atravessar rios e dois disseram que sim. Apesar de ser um menor grupo que faz as travessias, oito disseram que essas são muito perigosas porque alguém pode se afogar, dois disseram que não achavam perigosas as travessias e quatro não quiseram responder. É importante destacar que, no período das chuvas, além das enchentes dos rios, há que se ter cuidados com o uniforme e o material escolar para não danificarem com a chuva. Sobre esse ponto, treze alunos disseram que colocam o material escolar dentro de uma sacola plástica antes de guardá-los na mochila e também usam guarda-chuva para se protegerem; apenas um dos alunos não se pronunciou.

Diante dos fatos, foi pertinente conhecer o posicionamento dos estudantes sobre o enfado na rotina escolar e doze alunos disseram que acordam muito cedo e chegam muito tarde em casa. Disseram ainda que acordam com sono e passam muito tempo no ônibus com cadeiras desconfortáveis. Reclamaram de dores no corpo e que mal conseguem se concentrar nas aulas. O ônibus não tem hora certa para o reembarque, o que retarda a chegada em suas casas; os estudantes ficam na escola sem almoço e nem sempre têm dinheiro para merendar.

Diante das dificuldades pontuadas pela pesquisa, os dados mostraram os possíveis prejuízos no desenvolvimento escolar desses alunos por terem que estudar na cidade. Oito deles disseram que, mesmo diante das adversidades por eles enfrentadas, a rotina não os prejudica porque, prejuízo maior seria ficar sem estudar. Segundo esses alunos, o interesse pelo estudo sobressai a essas dificuldades, apenas reclamam que o ônibus precisa melhorar. Já os outros seis alunos disseram que a rotina os prejudica sim, porque, não têm tempo para estudar o conteúdo, gostariam que as cadeiras do ônibus fossem melhores para

conseguirem dormir e descansar durante a viagem e poderem, então, prestar atenção na aula. Além disso, queixaram-se que chegam à escola muito tarde, perdendo parte ou toda a aula, e que o ônibus, às vezes, não passa.

É notório que há discrepâncias nos discursos dos alunos concernentes ao posicionamento pessoal sobre o contexto em que estão inseridos. Sobre o primeiro trajeto dos alunos, que corresponde à ida para a escola, foi perceptível a necessidade que eles têm de se adaptarem aos horários estabelecidos.

Após as análises das situações decorrentes, realizadas a partir de um acompanhamento, tanto entre a residência e o local de embarque quanto do ponto do ônibus escolar até o momento em que esses alunos desembarcam na escola, ficou evidente que eles se submetem a uma série de desafios para estarem em sala de aula. Da residência até o local de embarque, eles enfrentam dificuldades, como inibição alimentar, andar a galopes de cavalo, pedalar bicicletas em estradas esburacadas e subir e descer ladeiras caminhando. Do local de embarque até a cidade, as dificuldades se resumem às condições desfavoráveis do ônibus escolar e da longa permanência no interior dele.

É perceptível também o prejuízo causado pelo horário e trajeto do transporte escolar para a alimentação dos alunos. Notou-se que essa rotina imposta para o estudante do meio rural precisa ser seguida de acordo com o planejamento advindo da Secretaria Municipal de Educação e das escolas onde estiverem matriculados. Associado aos problemas de execução dos trajetos está o problema decorrente dos períodos das chuvas, como às travessias de rios e as caminhadas debaixo de chuva. Para os alunos, apesar das dificuldades por eles enfrentadas, vale a pena estudar na cidade, pelo fato de ser a única opção que lhes é oferecida pelas políticas públicas educacionais. O que demonstra a escassez de oportunidades para as melhorias na educação direcionada ao setor rural.

Quanto ao término das aulas e reembarque, constatou-se que as aulas encerram às 11h30 e o reembarque acontece a partir das 12h. Os alunos confirmaram o horário de término das aulas, mas relataram que o reembarque ocorre a partir das 12h30. Há, ainda, situações em que o reembarque acontece entre 12h30 e 13h, quando os alunos da tarde já estão chegando à escola.

O desembarque no ponto do ônibus, no retorno para casa, ocorre entre 13h e 13h30 e entre 13h30 e 14h. Esses alunos chegam em suas residências entre 13h30 e 14h e entre 14h30 e 15h. A partir disso, almoçam entre 13h30 e 14h30 e entre 14h30 e 15h30.

Horário e trajeto: casos de estudo

A realidade dos alunos do itinerário que abrange as escolas rurais Antônio Clarindo e Maria das Graças mostraram as necessidades de mudanças no quesito educação e um melhor planejamento das políticas públicas educacionais no que tange ao atendimento escolar desse setor.

Após conhecer a realidade dos alunos daquelas localidades, ficou evidente a eminente probabilidade de êxodo rural, bem como de evasão escolar do aluno campesino, devido aos desafios que eles enfrentam para estarem cotidianamente nas escolas da cidade.

Após acompanhar a rotina escolar desses alunos, percebe-se que o conjunto de fatores relacionados às crises no setor educacional do meio rural – e que tem provocado o esvaziamento do campo e o inchaço urbano – aponta para regras impostas pela visão educacional cidadina planejada pelas políticas públicas educacionais sobre as comunidades rurais. Tais fatores podem aumentar as dificuldades, de acordo com o contexto regional em que cada indivíduo esteja inserido. Para Marques (2002, p. 101),

esta crise é marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à

intensa migração do campo para a cidade e consequente esvaziamento do campo, além da invasão deste pelas cidades.

Para a pesquisa, também foi realizada entrevistas com pais de alunos – quatro do sexo feminino e um do sexo masculino – que possuíam traço tipicamente camponês, considerado como

vínculo permanente no meio rural. Duas mães não possuíam vínculo empregatício, cuidavam dos afazeres domésticos, apenas uma tinha dupla função: cuidava de casa e trabalhava como empregada doméstica na sede da fazenda. O único homem envolvido nas entrevistas tinha o ofício de vaqueiro na fazenda onde morava (QUADRO 1)³.

QUADRO 1 – Identificação e perfil biográfico dos pais dos alunos.

Nome dos pais	Residência	Profissão	Grau de Parentesco	Filho(s)
Ana Luisa Silva Fonseca	Faz. Redenção	doméstica	mãe	Rodrigo Silva Fonseca
Amélia Silva da Paixão	Faz. Palmeira	do lar	mãe	Carlos Silva da Paixão
Lindalva Santos de Jesus	Faz. Iracema	do lar	mãe	Carol Santos de Jesus
Antonio Oliveira Santos /Norma Oliveira Santos	Faz. Península	vaqueiro/do lar	pai/mãe	Marcelo Oliveira Santos/ Priscila Oliveira Santos

Fonte: Os autores (2013).

Caso 1

Contextualizando as inferências dos próprios alunos daquela região sobre as dificuldades que os circundam, Priscila Oliveira Santos, 14 anos de idade, aluna do Colégio José Marcos Gusmão, matriculada no 8º ano, discorreu sobre a necessidade de enfrentar uma árdua rotina diária para estudar na cidade:

Eu acordo 4h da manhã, não consigo tomar café, tenho muita dificuldade para acordar. Gostaria que o ônibus pegasse a gente lá dentro da fazenda. Quando eu acordo muito cedo, não consigo me concentrar direito nas

aulas porque eu fico com sono. Eu queria acordar mais tarde um pouco e que as cadeiras do ônibus fossem confortáveis para dormir durante a viagem. Moro a mais ou menos 5km de distância do ponto de ônibus, e executo o trajeto a cavalo. Saio de casa 4h30, e chego no ponto de ônibus mais ou menos 4h50 da manhã. O ônibus sai 5h10. Chegamos à escola 6h40 e as aulas começam às 7h. As aulas encerram 11h30 e o ônibus pega a gente de volta às 12h. Eu desembarco a partir de 13h40 e chego na minha casa depois de 14h30. Acontece que quando eu vou almoçar, são 15h, pois eu chego com muita fome. Quando está chovendo eu sinto muito frio, meus materiais molham, meu fardamento suja tudo de lama.

3. Os nomes e sobrenomes dos pais dos alunos são fictícios e todos autorizaram o uso dos dados coletados por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A transcrição acima mostra a dicotomia entre a realidade do aluno do meio rural e a realidade do aluno da cidade e aponta para um gasto menor com educação para o meio rural, a partir do momento que esses alunos são transportados para as escolas-núcleo na cidade para a conclusão das séries finais do ensino fundamental. Transportar o aluno do meio rural para a cidade, mesmo no intuito de lhe oferecer condições escolares propícias, sem observar as consequências advindas nesse deslocamento, acaba por trazer uma noção de expulsão do sujeito dos seus direitos legais de ser educado no seu contexto sociocultural.

Tanto mais pobre seja uma nação, e mais baixos os padrões de vida das classes inferiores, maior será a pressão dos estratos superiores sobre elas, então consideradas desprezíveis, inatamente inferiores, na forma de uma casta de nenhum valor. As diferenças acentuadas no estilo de vida entre aquelas de cima e as de baixo apresentam-se como psicologicamente necessárias. Consequentemente, os mais altos estratos tendem a encarar os direitos políticos dos mais baixos, particularmente o de interferir no poder, como coisa absurda e “imoral”. (FREIRE, 1999, p. 94).

O discurso de Freire (1999) traz a ideia de educação rural, na visão das políticas públicas educacionais para uma noção de favor definido para as comunidades rurais. Como recompensa, essas comunidades deverão prestigiar o governante que “generosamente” olhou para os filhos do camponês e lhes ofereceu algumas vagas nas escolas-núcleo na cidade, lhes premiou com o transporte escolar e lhes garantiu o direito de vir para a cidade estudar; um ato “generoso” que amordaça o direito de exigir e lhes “conforta” e convence de que estão sendo atendidos na melhor das intenções políticas pedagógicas. Para Freire (1987, p. 47),

os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não têm finalidades. As suas, são as

finalidades que lhes prescrevem os opressores.

A história da aluna Priscila Oliveira Santos retrata a realidade do aluno campesino inserido nessa rotina escolar cotidiana e, junto com mais dois irmãos, enfrentam uma realidade que lhes é proposta na longa jornada estudantil, que esboça a realidade do aluno/filho e estimula a indignação dos pais, que se sentem incapazes de lutar pelo direito dos filhos/alunos inseridos na problemática escolar rural/urbana.

Desse capítulo que conta a história de quem vive na roça e precisa enviar seus filhos para estudar na cidade, faz parte Antonio Oliveira Santos e sua esposa, Norma Oliveira Santos, que, cotidianamente, veem os filhos irem e voltarem da escola, enfrentando e superando vários obstáculos e provocando reações familiares que, para a “classe opressora”, soam com retinido que não promove um grande despertar. Esses pais aparentemente indignados expressaram:

Todo dia eu levanto de madrugada e pego o animal pra eles, mais o ruim mesmo, moço, é quando tá chovendo, eles tomam chuva, os cadernos molham e não prestam mais. Aí a gente tem que comprar outros [...]. É muito difícil, mais eles não pode deixar de estudar, tem que enfrentar a dificuldade mesmo [...]. Com certeza; com certeza! Atrapalha e muito [...] Não é fácil não [...]. Tem dia, quando o sono os atrapalha aqui, nem café eles toma, pra não perder o carro. [...] Acontece que tem dia que a gente bota o cavalo no mangueiro, e o cavalo escapole, aí eles vai a pé, de tarde é que eu vou levar o animal pra eles vir montado. [...] Eles chega no ponto depois de uma hora e meia. Três meninos montado num cavalo. Eles vêm devagarzinho. Quando chega aqui é quase três horas da tarde. [...] Quando tá chovendo eles não podem sair naquele horário determinado, porque eles não podem sair debaixo de chuva. Às vezes quando eles chegam lá o ônibus já foi embora e eles voltam de novo todo molhados; os cadernos não servem mais pra nada. (ANTONIO).

Esses dias eles foi e o ônibus não veio, eles tomou uma chuva na estrada e chegou aqui todo molhados. [...] De tarde quando eles chegam tá tudo com os olhos vermelho de sono, porque o sono melhor é de madrugada. [...] E eles só almoça lá pras três horas da tarde quando eles chegam, porque não é todo dia que a gente tem dinheiro pra da pra eles merendar, e tem vez que nem na escola tem merenda. Quando eles fazem prova, nem merenda a escola dá pros meninos. Aí eles ficam lá sem comer até a hora que eles chegam aqui, aí é que vão almoçar. [...] Esses dias eles foi a pé, quando a gente pensou que eles tava na escola, eles chegou aqui de novo porque o carro não veio pegar eles. Aí eles voltaram tudo. [...] Os meninos ainda toma café de madrugada, mas, a menina não toma nada! Não tem jeito! Sai de jejum de tudo, só vai merendar quando eles dá lá, e quando não dá, ela fica sem comer até chegar aqui pro almoço. (NORMA).

Os desencontros entre os investimentos destinados para a educação do meio rural e a realidade dos alunos que ali residem e que estão matriculados nas escolas-núcleo na cidade ficam evidenciados a partir do discurso dos pais dos alunos, citados acima, demonstrando um distanciamento crônico entre a realidade dos estudantes e os investimentos educacionais para o setor.

A falta de investimento na educação do campo desfavorece as comunidades camponesas na identificação com o meio rural e a educação, e as impossibilitam de valorizar sua cultura, contribuindo para o enfraquecimento da sua territorialidade, mitificando-as na sua perceptividade, como sujeitos do seu espaço sociocultural, o que nos remete uma visão de irresponsabilidade.

Muitas vezes o filho do vaqueiro não sonha ser vaqueiro, mas, isso não significa que educá-lo para além do acúmulo de conhecimento das suas raízes, significa transportá-lo para uma educação urbana centralizada. Essa visão de “irresponsabilidades sociais” dos governos, sejam eles municipais, estaduais ou federal, vão

formando um amontoado de vítimas sociais que acabam se somando à realidade da aluna Priscila Santos nos contextos socioculturais do camponês.

Caso 2

Carlos Silva da Paixão, 13 anos, matriculado no 7º ano na Escola Sizaltina Fernandes, convive com situações semelhantes e, por natureza, se generaliza no contexto escolar do estudante do meio rural matriculado nas séries finais do ensino fundamental. De forma semelhante a Antônio Oliveira Santos e Norma Oliveira Santos, pais da aluna Priscila Oliveira Santos, Amélia Silva, mãe do aluno Carlos Silva, mostra, a partir de um diálogo, as dificuldades que circundam a rotina estudantil do filho. Amélia se posiciona insatisfeita com as condições que são oferecidas para o filho estudar na cidade:

No meu ver, a caminhada pra ele é difícil. Se tiver chovendo ele tem que ir pra não perder aula. Esses dias mesmo, Rui, o vaqueiro da fazenda vizinha, pegou ele desmaiado em cima do cavalo, porque ele tem problema. Rui pensou que ele tava dormindo. Primeiro ele deu problema nos rins, fez tratamento, aí melhorou. Agora o médico falou que ele tá com um problema [...] Tipo um sopro no coração. Eu só sossego aqui quando ele chega. Aqui não tem cavalo pra eu levar ele todo dia e buscar. Os cavalos são poucos. [...] Tem dias que ele levanta de madrugada, tem dias que a gente é que tem de chamar, e ele fica reclamando, dizendo que tá cansado! Tem dia que ele bota o celular pra despertar e ele levanta e depois deita no sofá e dorme de novo. [...] Esses dias [...] tem uns vinte dias, o ônibus que pega ele aí no ponto não veio buscar; aí tive que pagar a rota pra ele ir pra escola porque tava fazendo provas. Existe o problema da distância; acho longe pra ele ir sozinho. Existe o problema da alimentação, ele não toma café de madrugada. Ele sai de manhã só com um cafezinho e pronto. Ele não toma, não tem quem faça tomar café de manhã cedo [...] de madrugada. [...] Na época

das chuvas, tem vez que eu vou levar ele, tem vez que eu não levo porque tá escorregando e eu fico com medo dele ir sozinho e cair porque ele já tomou umas duas quedas e chega todo melado de lama lá no ponto. [...] Quando o rio tá cheio eu não deixo ele ir pra escola. Quando é época das provas, a diretora adia as provas dele e ele faz depois; quando o rio esvazia. Porque eu não boto ele em risco naquela passagem de jeito nenhum. Mesmo quando tá chovendo e o rio não tá cheio ainda vai, mas quando o rio enche, ele não vai. Um dia mesmo, eu não tava aqui, tava na rua fazendo exame; aí a Ana, a mulher do vaqueiro que mora lá na sede perto da pista, disse que viu a hora do cavalo descer com ele, porque ele foi tentar atravessar, e aí a água já tava na capa da sela, aí a Ana gritou de lá de cima [...] Foi que ele desistiu de atravessar o rio. [...] Toda esta labuta eu acho pesada pra ele ter que ir todo dia pra cidade estudar. Essa labuta de todo dia enfrentar a vida pra ir pra escola prejudica ele porque às vezes ele dorme na sala de aula. Tem vez que ele chega aqui com a beira dos olhos tudo roxo. Ele sente muita dor de cabeça. Depois que começou ir pra escola na rua, ele começou a ter muita dor de cabeça. Quando ele chega aqui, ele almoça, depois ele tira um cochilinho e depois ele vai fazer as atividades da escola, pra dá ponto dele deitar, porque ele precisa deitar sete horas da noite pra acordar antes da quatro horas da manhã.

As dificuldades dos alunos residentes no meio rural estão ligadas às divergências presentes na própria realidade que lhes circunda e isso mostra os sofrimentos que lhes desafiam a seguir com os estudos. Cada realidade apresenta sua singularidade, com aspectos semelhantes e que apontam para uma urgente melhoria no atendimento educacional do meio rural.

As histórias dos pais desses alunos são semelhantes, pelo fato de estarem inseridos em um processo de deslocamento da residência onde moram para o embarque do ônibus escolar. A segregação dos alunos, no que tange a melhores condições socioeducacionais, colocam todos nas mesmas situações diárias.

Educação e sociedade estão diretamente

ligadas por traços socioeducativos, mas, os efeitos esperados nos processos educativos carecem também de mudanças significativas nos processos sociais e a não efetivação destas ações torna-se sinônimo de ajustes ineficientes para que ocorram mudanças significativas nos processos educacionais (MÉSZÁROS, 2008). Mézárós (2008, p. 26), dialogando sobre “a incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação”, chega à conclusão que, portanto,

seria realmente um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem-estabelecida classe dominante.

O entendimento de dominação da classe serviçal está para as conquistas, bem como para as hegemonias das classes “inferiores” dentro das legitimações dos direitos adquiridos para os seguimentos sociais a partir das suas territorialidades (MÉSZÁROS, 2008). O inverso a esses ideais suscita reivindicações sociais diversas, pelo fato de os segmentos sociais inferiorizados, nas suas limitações econômicas e culturais, verem-se desfavorecidos pela “lógica” do capital.

Caso 3

O retrato da imposição do processo educacional, no sistema capitalista, pode ser percebido no discurso de Lindalva Santos, mãe de Carol Santos, outra personagem das árduas histórias dos alunos do itinerário das escolas rurais Antônio Clarindo e Maria das Graças. Carol tem 15 anos de idade e é aluna da escola Sizaltina Fernandes. Num tom de insatisfação, a senhora Lindalva exclama:

Seria melhor minha filha estudar aqui na roça, porque é muito dificultoso pra ela ir estudar na cidade, porque ela tem que levantar todo dia às 3h40, mais antes dela adoecer

era 3h30, porque ela tem que se preparar enquanto a gente pega o cavalo, por causa do horário do ônibus. Tinha vez que ela chegava lá e o ônibus já tinha passado. Tinha hora que ela chegava lá e eles diziam, já passou mais cedo, aí tinha vez que ela saía daqui mais cedo porque eles não esperavam. Teve um dia que eu saí daqui mais ela porque eu ia pra Itapetinga acertar uns negócios da escola; quando eu cheguei lá, tava amarrando os animais, o ônibus passou e não parou pra esperar ninguém, aí foi obrigado ela voltar pra casa e eu pegar a Rota e ir sozinha porque o dinheiro tava pouco, mas também quando eu cheguei na secretaria eu disse um bocado de coisa; disse que se continuasse daquele jeito eu ia chamar a justiça, porque desde quando a menina começou estudar que tá com essa sacanagem, largando ela pra trás. Esses dias, de novo, a menina saiu daqui 5h, e ficou esperando o ônibus passar, e a menina tinha uma prova pra fazer e ficou sem fazer porque eles mentiram dizendo que a escola tava fechada. Outra coisa é a distância até o ponto do ônibus. Ela se sente cansada. Tem hora que ela chega aqui com a cabeça doendo e vai logo deitando. Nem come, tem vez. Eu já falei que se for continuar desse jeito, vai ser o jeito a gente ir embora pra rua.

O problema do transporte desses alunos envolve não apenas os investimentos das políticas educacionais para o setor, mas evidencia o comprometimento do pessoal que coordena e executa o transporte desses alunos. Se não houver um comprometimento na demanda do transporte escolar, desde os investimentos até o condutor, cada vez mais será retirada desses personagens a oportunidade de prosseguirem com os estudos ou aumentará a frequência de migração para a cidade.

A proximidade das situações vivenciadas por essas famílias suscitam advertências quanto à forma que usualmente vem sendo utilizada para inserir o aluno campesino na escola. O transporte do aluno se correlaciona com métodos de barateamento da educação.

Caso 4

Nessa perspectiva, Ana Luisa Silva, mãe de Rodrigo Silva, 15 anos de idade, residente na Fazenda Redenção e aluno do 8º ano do Colégio Paulo Hagge, é a última personagem dentre os pais dos alunos a ser entrevistada. Ana Luisa Silva definiu de maneira clara e direta aquilo que, para ela, parece ser sinônimo de dificuldade no cotidiano estudantil do filho:

O problema é quando o ônibus tá faltando porque ele perde muita aula. O pior é quando o rio tá cheio. Outro problema é ele ter que acordar de madrugada, eu acho ruim, mas fazer o quê, a gente mora na roça, a gente não tem casa na rua. Melhor era se tivesse o ginásio aqui, mas fazer o que se não tem! Se tivesse o ginásio aqui era menos trabalhoso, menos cansativo. Ele tem muita dificuldade pra acordar de madrugada, por causa da hora que levanta. Ele acorda 4h. Outro problema é a distância, aí é cansativo. De manhã tudo bem, o problema é a volta, por causa do horário que ele chega de retorno pra casa. De manhã não, porque tá fresco entendeu, mas e depois do meio dia com esse sol quente de meu Deus pra vir andando! E a distância daqui pra lá? Agora você imagina, a pessoa ir de pé todo dia; ir de manhã e voltar meio dia! É muito cansativo! Quando o rio tá muito cheio eu não deixo ir pra escola. Olha só, atravessar o rio cheio no horário que ele passa e vir um pau, vem uma coisa de lá pra cá e pega ele, e ele morre afogado. É muito perigoso! E os livros escolar como é que fica? Molha tudo; principalmente a farda.

As comunidades rurais vão se acostumando com a situação que lhes circunda, embora tenham noção do que seria viável para sanar os problemas advindos no seio da educação dos filhos. No discurso de Ana Luisa, percebe-se a angústia dos pais de terem que observar seus filhos saírem de madrugada rumo à escola na cidade, expondo-se a todos os obstáculos que possam surgir durante a jornada escolar diária.

A visão educacional para o aluno do

meio rural parte de um modelo educacional contrário às particularidades socioculturais do filho do camponês, devido ao planejamento escolar para o campo ser elaborado a partir dos modelos citadinos. Nas reivindicações dos pais dos alunos que se seguiram, percebe-se um discurso que, mesmo pautado em uma linha de perceptividades populares, tem uma compreensão nítida, embora não definida, de um atendimento escolar controlado por um processo de educação pensado para a cidade e imposta para o meio rural.

Para Oliveira (2003), uma educação capaz de atender as prioridades educacionais das populações rurais dentro das suas particularidades sociais não está arquitetada para o atendimento do capital, mas sim, em um processo fundado nas especificidades do campo e emergido a partir das lutas do camponês.

Discutindo sobre o modelo de escola gramsciana, Ferreira e Viana (2010, p. 68) apontam para a necessidade de consolidar para o meio rural uma escola que busca a transformação, com horizontes amplos, que interessa a coletividade, que não atende somente a uma classe social. Ampliando os espaços para as discussões sobre a complexa situação que o aluno do meio rural está inserido em pleno século XXI, cabe, ainda nessa discussão, o posicionamento de Stropasolas (2006, p. 178), a partir de seu conceito de juventude:

é fundamental abordar a questão da emergência dos jovens não somente face à mudança social, mas nela própria, sob o ângulo da cultura, isto é, explicitando o conflito entre ideologias e visões de mundo concorrentes, num processo de evolução rápida, influenciando a vida cotidiana dos jovens, implicando a emergência de uma cultura original através da qual eles exprimem a vontade de se verem protagonistas das mudanças de curso.

A realidade entre o conceito de educação rural e a educação urbana pode ser mostrada

por meio de uma representatividade política e socioeducacional que verbaliza as intenções organizacionais a partir da cidade para esse segmento.

O meio rural por ter sido pouco contemplado pelo projeto da modernidade é considerado como atrasado. [...] Assim, com o advento da industrialização, a cultura dominante passou a ser a cultura urbana. Isso promoveu, na verdade, isso ascendeu, no meio rural, uma invisibilidade social. [...] A cultura escolar urbana tornou-se, em nossa sociedade, a cultura hegemônica. (FERREIRA; VIANA, 2010, p. 71).

Para Gramsci (1991), uma educação desinteressada está para uma escola que contemple as massas em sua maioria; que possa predominar e ser capaz de formar o indivíduo intelectual dentro da sua cultura e capacitá-lo para o mundo profissional e intelectual contra-hegemônico. Nesse aspecto, encontra-se a escola rural, que, inicialmente, recebe uma educação pensada segundo os moldes da cidade e lançada para o meio rural em forma multisseriada, como forma de barateamento da educação, que necessita de métodos adicionais para levar os alunos ao aprendizado por meio da troca de experiências dentro da sala de aula e, conseqüentemente, eles, após a conclusão das séries iniciais e ao atingirem as séries finais do ensino fundamental, são transportados para as escolas-núcleo na cidade para conclusão do ensino fundamental.

Por conseguinte, dentro desse processo de atendimento escolar para o aluno do meio rural, existem depreciações nos valores socioculturais deles, no que tange aos procedimentos dos projetos socioeducacionais das políticas públicas para atendimento desses alunos. Essas alterações na rotina estudantil somam prejuízos por submeter aos alunos horários que fogem da realidade estudantil, bem como a execução de longos trajetos para estarem em sala de aula nas escolas-núcleo na cidade.

Considerações finais

A pesquisa ocupou-se de observações sobre os desdobramentos do aluno rural para estudar na cidade, pelo fato da realidade deles ser assunto de narrativas das políticas públicas para a educação do setor rural e pelo fato, ainda, de as ações governamentais virem apresentando pouco ou quase nenhum investimento para melhorias educacionais no setor. Assim, durante as observações realizadas a partir dos acompanhamentos dos alunos no cotidiano escolar, percebe-se a ocorrência de reclamações e de reivindicações de alunos e de pais sobre as dificuldades vivenciadas durante a rotina de conclusão das séries finais do ensino fundamental na cidade, e, a partir dessas considerações, foi possível pontuar diversos problemas.

Com base nessas evidências, foi possível analisar uma série de contestações por parte dos estudantes e de sua família sobre os horários, os trajetos de deslocamentos, os perigos eminentes acrescidos de muitas probabilidades de evasão escolar e migração para a cidade, devido às poucas opções destinadas para esta parcela da sociedade que, muitas vezes, são relegadas às faltas de investimentos para o setor.

Residir no meio rural e estudar na cidade no horário matutino torna-se sinônimo de ter que dormir mais cedo e, para esses alunos, não resta outra opção senão se acostumarem com as prescrições às quais se sujeitam. Para

essa comunidade discente, dormir mais cedo significa também acordar mais cedo, o que implica em fatores prejudiciais, como a má alimentação matutina.

As habituais rotinas implicam também no cansaço físico, nas sonolências, na perda de concentração, nos inoportunos horários para as refeições e nas caminhadas a céu aberto e debaixo do calor do sol. Somada aos problemas de travessias de rios e aos problemas advindos das chuvas periódicas, a situação estudantil do aluno campestre em todo segmento rural – se se tomar por base os alunos das escolas Antônio Clarindo/Maria das Graças – e que esteja no mesmo patamar de atendimento para esta área, desmitifica a realidade das classes sociais rurais e aponta para urgências nas iniciativas das políticas educacionais para o setor na busca de qualificação educacional que venha a atender o homem do campo em seu contexto cultural.

A cultura é um bem que precisa ser valorizado e as complexidades sociopolíticas das comunidades rurais precisam ser analisadas também dentro do seu próprio contexto social, com valorização de um conjunto de aspectos que fazem essas comunidades serem o que são com todas as suas peculiaridades. Tudo isso é necessário, a fim de não excluí-las das suas raízes, pois qualquer contraste dentro do eixo dessas ações paradigmáticas toma forma excludente. Assim, a maneira de aprender dos alunos também remete à diversidade e às diferenças.

Referências

- FERREIRA, L. G.; VIANA, M. S. A escola de Gramsci e a escola rural brasileira: um diálogo possível? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, p. 66-74, mar. 2010.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MÉSZARÓS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, N. G. **De “capital da pecuária” ao “sonho de polo calçadista”**: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. 2002. 236f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

Submetido em 23 de agosto de 2014.

Aprovado em 15 de outubro de 2014